

LUTAR CONTRA OS GOVERNOS E CONTRA A ONDA REACIONÁRIA



CONJUNTURA NACIONAL

**PRIVATIZAÇÃO: DILMA ENTREGA A
INFRAESTRUTURA PARA AS EMPRESAS**

FORMAÇÃO

O QUE É O DESEMPREGO

GREVE DOS PROFESSORES DE SP

**OS AVANÇOS E DESAFIOS DA MAIOR GREVE
DA CATEGORIA**

II CONGRESSO DA CSP_CONLUTAS

**POR UMA CENTRAL A ALTURA DAS
NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA**

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

MAIORIDADE PARA QUEM?

DIA DO ORGULHO LGBT

**OS DESAFIOS DA LUTA PELA SUPERAÇÃO DO
PRECONCEITO**

GOVERNO DILMA ANUNCIA MAIS UM PACOTE DE PRIVATIZAÇÕES

O anúncio do governo de mais um pacote de “entrega” da infraestrutura para os capitalistas realizarem seus lucros evidenciam bem o papel do Estado e do governo do PT na resposta à crise da economia capitalista. A lógica é a mesma: jogar sobre as costas dos trabalhadores os custos.

Na sociedade capitalista, ainda mais considerando a profundidade da crise, o Estado é o principal articulador de políticas econômicas para garantir a lucratividade do capital. Nenhuma novidade, pois o Estado brasileiro, também sob o governo PT/PMDB, tem sido bastante eficaz para isso (privatiza sob o governo tucano, dá incentivos fiscais sob o governo petista, etc.).

CONCESSÃO: OUTRO NOME PARA PRIVATIZAÇÃO

Em 9 de junho, Dilma anunciou um novo pacote de privatizações, ou seja, entrega de patrimônio público aos empresários, num valor total de R\$ 198 bilhões. Ferrovias, portos, aeroportos e rodovias fazem parte do cardápio. Apesar de o PT dar o nome de concessões, trata-se na verdade de mais uma rodada de privatizações, ou seja, de entrega do pouco que sobrou daquilo que chamamos de “público”.

Para ser “diferente” do PSDB, chama de “processo de concessões” e usa o nome pomposo de “Programa de Investimento em Logística”, mas, na verdade, o nome é privatização.

Trata-se de mais um episódio do mecanismo típico da história do Brasil em que o Estado (com dinheiro retirado de nós, trabalhadores) arca com o investimento e os capitalistas ficam com o lucro.

O modelo é o mesmo já em vigor para algumas rodovias federais: o governo leiloa a concessão das rodovias, as empresas que ganham a licitação ficam com o direito da cobrança do pedágio e, em troca, têm supostamente a obrigação de fazer a manutenção das vias. Na prática o que acontece é que o preço dos pedágios dispara e os tais investimentos em manutenção nunca são feitos. As empresas embolsam um lucro fácil e a população fica com um serviço

de péssima qualidade.

Os setores a serem entregues à exploração privada são estratégicos (os dados são do portal G1, Reuters e UOL):

- Ferrovia Norte-Sul, um dos principais eixos de escoamento da produção de grãos no país;

- Ferrovia Bioceânica (ou Transoceânica), que vai facilitar a exportação de grãos e minérios para a China, passando pelo Peru;

- Já em 2015 serão privatizadas as Rodovias como a BR-476 (entre Santa Catarina e o Paraná) e um trecho da BR-364 (entre Mato Grosso e Goiás); BR-163, (entre Mato Grosso e Pará). Para 2016 a lista é ainda maior com trechos de rodovias federais em 10 estados (Rondônia, São Paulo, Minas, etc.);

- Os aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza. O programa prevê também a redução para 15% da participação da Infraero, ante os 49% de hoje, nos terminais já concedidos, como Guarulhos (SP), Galeão (RJ) e Brasília (DF). Além disso, a outorga para aeroportos regionais.

- 50 novos arrendamentos de portos e 63 autorizações dos chamados TUPs (terminais de uso privado), além de renovações de arrendamentos, sendo 9 novos terminais no Porto de Santos, e 20 no Estado do Pará.

NADA DE NOVO...

O plano é uma espécie de continuação do programa lançado em 2012, que entregou vários aeroportos, como o de Cumbica (em São Paulo), Confins (Belo Horizonte) e o de Brasília. O programa anterior não agradou totalmente o mercado, porque não era suficientemente lucrativo. Agora, o governo promete mais vantagens, inclusive aportes do BNDES para as empresas que entrarem no programa. O banco estatal vai entrar com até 70% dos investimentos com juros subsidiados, no caso das ferrovias, e os 30% restantes com juros de mercado. Nas outras áreas as porcentagens são diferentes, mas sempre incluindo uma parte em empréstimos estatais com juros “de pai pra filho”.

No discurso do governo o programa é apresentado como uma forma de “modernizar a infraestrutura do país” para facilitar o escoamento da produção, baratear os custos e gerar crescimento da economia. E para completar o conto de fadas, o governo ainda diz que vai “gerar empregos e distribuir renda”. Na verdade, se vier a ser efetivado, o programa de privatizações do setor de infraestrutura poderá em algum grau facilitar o escoamento de mercadorias, mas daquelas destinadas à exportação, principalmente grãos e minérios que vêm sendo o carro chefe das exportações brasileiras nas últimas décadas.

Os recursos naturais do país, o subsolo e as terras férteis vão sendo consumidos de maneira predatória e os lucros vão ficando nas mãos de alguns poucos privilegiados. A cereja do bolo é a confirmação de que empresas envolvidas no esquema de propinas da Petrobrás, expostas na Operação Lava a Jato, estão autorizadas a participar do programa e adquirir também as suas fatias da infraestrutura nacional.

O anúncio desse programa é parte de uma ofensiva de marketing do governo para tentar retomar a iniciativa de “controle da situação”, cuja popularidade está em baixa devido às medidas de “austeridade” e escândalos de corrupção, no contexto de uma economia em plena crise.

O novo programa de privatizações confirma que quanto mais a burguesia faz exigências, mais o governo do PT cede. Para que não restasse a menor dúvida disso, o 5º Congresso do PT, realizado no fim de semana seguinte ao anúncio das privatizações, em 13 e 14/06, referendou os rumos tomados pelo



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor



governo, a aliança com o PMDB, o programa de ajuste neoliberal e todo o resto.

O fato é – para os que insistem em não enxergar – as resoluções do congresso são mais um sinal de que o rumo do partido é irreversível. Sequer críticas constaram nas resoluções, um partido completamente centralizado pelo governo e pelo projeto neoliberal que Dilma e seus aliados levam adiante.

Nesse contexto, é urgente romper com o governismo, denunciar Dilma, o PT, a CUT e seus demais aparatos. Precisamos construir nas lutas uma saída independente dos trabalhadores.

PRIVATIZA, REDUZ GASTOS DO ESTADO PARA SOBRAR DINHEIRO E AJUDAR MAIS SETORES CAPITALISTAS

Há muito defendemos que a política econômica dos governos petistas é uma continuidade da mesma implementada pelo governo tucano de FHC, que consiste em colocar o Estado a serviço

de um projeto econômico global da burguesia para o Brasil.

Pelo modelo neoliberal o Estado passa a exercer funções fundamentais para a reprodução do capital como o de criar mecanismos que levem o Estado a cumprir o mínimo das funções públicas essenciais (menos verbas para

Educação, saúde, transportem, etc.), de retirada do papel do Estado de implementação de políticas sociais, de transferência de funções públicas para setores não estatais e a derrubada (via legislação) de barreiras que impediam ou dificultam a livre circulação do capital em alguns setores (por exemplo, onde não podia haver capital estrangeiro), reformas trabalhista e previdenciária. Sem essas mudanças pode-se dizer que a reprodução do capital, diante de sua crise estrutural, encontraria muitas dificuldades para se reproduzir.

Ou seja, o Estado tem por finalidade providenciar as condições mais adequadas para a acumulação do capital no país. Assim, a redução da participação do Estado nos serviços públicos visa girar as finanças e os órgãos do Estado para as atividades fundamentais do funcionamento do capital. O setor público, segundo o conceito neoliberal, sai de cena e entra o setor privado para garantir a lucratividade do capital,

obrigado a sair de determinados ramos com a taxa de lucro comprometida.

Essa é a única forma de compreendermos as razões de o PT seguir o caminho das privatizações, das (contra) reformas nos sistemas públicos de saúde, Educação e aposentadoria e, agora, de entrega de setores fundamentais da infraestrutura brasileira. Ao privatizar (ou fazer concessão como querem os petistas nos enganar) cumpre pelo menos um triplo papel: Não mais será gasto dinheiro nessas áreas privatizadas, empresas privadas passam a lucrar com o pagamento ou aumento de tarifas por parte da população e, por fim, sobrarão mais dinheiro para ser destinado ao pagamento dos serviços da dívida pública e outras políticas de “incentivo” aos ramos empresariais.

Importante esclarecer que não se trata de uma mudança da função social do Estado como um elemento fundamental para o funcionamento do sistema, pois ele sempre funcionou como aporte decisivo para o capital. Mudam-se os meios que essa função é exercida. Se em períodos de pujança do capital foi possível implementar medidas que estimulavam essa expansão (como obras públicas e empresas públicas), a crise estrutural o obriga a adotar outras, exatamente para “compensar” as dificuldades de expandir-se. Portanto, a forma de intervenção do Estado é determinada por cada período histórico do desenvolvimento do capital.

O QUE É O DESEMPREGO?

Mais um texto de Sérgio Lessa para contribuir com a formação dos militantes e ativistas. Reafirmamos que são temas em aberto e que essa coluna está aberta ao debate e contestação das questões aqui colocadas.

Em nossa sociedade, o desemprego é uma maldição tão frequente quanto o Sol nascer a leste. Acompanha a vida de todos os trabalhadores, geração após geração. Já houve época, principalmente nos anos de 1950 e 1960, que muitos trabalhadores ficaram iludidos de que o desemprego estava para desaparecer. Eram anos em que se acreditava nas promessas do Estado de Bem-Estar e da União Soviética. Um enorme número de trabalhadores, quase sempre iludidos por suas lideranças sindicais e políticas,

nutriam a certeza de que o desemprego seria logo, logo, coisa do passado. Para eles, a dúvida não era se o desemprego estaria desaparecendo, mas se desapareceria pelo modelo da Economia Soviética ou pelo Estado de Bem-Estar.

A história tem a virtude de, logo, colocar as coisas no seu lugar e destruir as ilusões, mesmo as mais generosas.

Com o passar dos anos, o Estado de Bem-Estar foi revelando a sua verdadeira essência: através do fordismo, intensificou a exploração da força de trabalho até um nível nunca conhecido antes. Para tornar essa maior exploração possível, reprimiu o movimento dos trabalhadores como nunca antes havia ocorrido na história das democracias e, ainda, implementou um longo programa político para atrelar os sindicatos ao



Estado. Aumentou a exploração dos trabalhadores, não apenas nos países capitalistas mais desenvolvidos, imperialistas, mas também nos países subdesenvolvidos através das multinacionais (Brasil, México, Argentina, Irã, África do Sul etc.). Como resultado, a burguesia concentrou ainda mais a riqueza em suas mãos e, o desemprego, foi aumentando no correr dos anos.

As ilusões com a União Soviética também não resistiriam à história. O que parecia, para muitos, a redenção da humanidade dos males da sociedade de

classes, se revelou uma forma diferente de desenvolvimento do capital em países atrasados (como a velha Rússia dos czares). O fim da União Soviética revelou uma nova forma, que não socialista, da velha exploração do trabalho pelo capital. Lá também, o desemprego não foi superado.

COM O TEMPO PASSAM AS ILUSÕES, MAS, TAMBÉM, AS GERAÇÕES SE SUCEDEM

Os que têm hoje menos de 40 anos de idade, a maior parte da população, não viveram essas ilusões de que o desemprego estaria com os dias contados. Pelo contrário, convivem com a crise estrutural do capital. A crise estrutural tem sua origem no que o capitalismo tem de maior virtude: sua capacidade em aumentar a produção ininterruptamente. Em pouquíssimas palavras, como a produção é sempre maior do que o consumo, os preços tendem a cair abaixo do custo, inviabilizando a acumulação de capital e lançando a sociedade em uma crise sem fim. A crise estrutural, que se iniciou na metade da década de 1970, não tem data para terminar. A única certeza que ela nos possibilita é que, se a situação hoje é ruim, muito pior será no futuro. Isso, claro, também vale para o desemprego: tal como tendem a piorar a violência, as desigualdades sociais, a Educação, os serviços de saúde, transporte etc., também o desemprego tende a crescer.

Por todos os lugares, por todo o tempo, o desemprego sempre acompanha o capital. As ilusões passadas no Estado de Bem-Estar e na União Soviética, e as ilusões presentes de que há saída para o desemprego sem superar o capitalismo, não passam disso: ilusões.

SEJAMOS RAZOÁVEIS!

Hoje não podemos sequer confiar nas estatísticas oficiais. Elas apenas consideram como desempregados os trabalhadores que procuram, mas não encontram empregos. O número real de desempregados é muito maior, já que uma parte dos desempregados não mais procura emprego, vive de bicos, na informalidade (as atividades semiclandestinas de comércio, etc.) ou, ainda, na ilegalidade (drogas, armas, furtos e roubos etc.). O que podemos ter certeza é que a quantidade é enorme e tende a crescer.

Caro leitor, raciocine: se, com tanta gente sem emprego, produzimos muito mais do que necessitamos para todos viverem muitíssimo bem, calcule o pouco que teríamos que trabalhar se todos trabalhassem!

O razoável não seria, nessa circunstância, diminuir a jornada de trabalho de tal modo que todos pudessem trabalhar? Imagine se, ao invés de 5 ou 6 dias, trabalhássemos 2 ou um dia e meio por semana: a vida não seria, imediatamente, muito melhor para todos? Caso todos tivessem emprego, a violência não diminuiria rapidamente? O transporte não melhoraria tendo que transportar muito menos trabalhadores, todos os dias, para o emprego? A vida familiar de todos não teria uma qualidade muito melhor?

No entanto, o que ocorre é precisamente o oposto! É, justamente, o contrário: obrigam-nos a trabalhar ainda mais intensamente para que possam despedir ainda mais gente! A chamada “reestruturação produtiva” não é, precisamente, isso: produzir muito mais, com muito menos trabalhadores?

Ao invés de diminuir a jornada de trabalho para todos terem emprego, aumenta-se a intensidade do trabalho de uns para desempregar a outros tantos mais! “Se isso não é uma loucura coletiva, está muito perto de virá”, como diria Patativa do Assaré, o maior repentista que o nordeste jamais conheceu.

POR QUE O DESEMPREGO NÃO TERMINA?

Não termina por que nós produzimos para enriquecer os capitalistas, não produzimos para atender nossas necessidades. Ou, para dizer o mesmo com outras palavras, vivemos em uma sociedade em que as nossas necessidades são apenas meios para que os burgueses se enriqueçam. Ou, se preferirem: em nossa sociedade, só são atendidas aquelas necessidades humanas cujo atendimento é lucrativo. Enfim, porque vivemos no modo de produção capitalista.

O interesse absoluto de todo capitalista é aumentar o lucro. Atenção: aumentar o lucro e, não, mantê-lo estável. Porque vence a concorrência aquele burguês que conseguir maior lucro que os outros. Como todos estão procurando aumentar seu lucro, quem não consegue aumentar seu

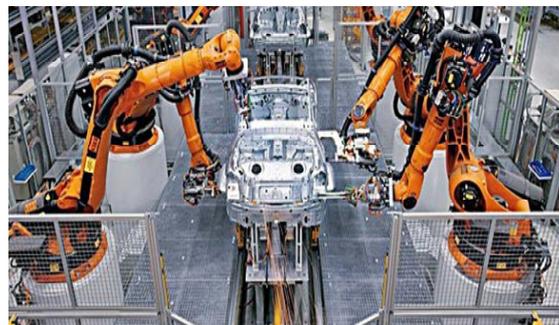
lucro, logo vai à falência. Aumentar o lucro: esse o interesse absoluto de todo capitalista, sua necessidade primeira.

O lucro, todavia, é composto de coisas bastante distintas. Há o lucro do banco, que vem da diferença entre os juros que ele paga e os juros que ele cobra. Há o lucro do comércio, que vem da diferença entre o preço pago pelas mercadorias e o preço com que se vende.

Mas, a sua forma mais importante, porque vem da produção de toda a riqueza da sociedade, é a mais-valia do operário da cidade e do campo. A mais-valia é a diferença entre a riqueza produzida pelo trabalhador e o que ele recebe como salário. É dessa diferença que o capitalista paga os custos da produção e retira a riqueza que vai aumentando seu capital. O salário, ao contrário, no melhor dos casos, apenas permite ao trabalhador pagar suas despesas para continuar como trabalhador e para, seus filhos, serem também trabalhadores.

Quanto maior a quantidade de riqueza que o trabalhador produz em comparação ao salário que recebe, maior a mais-valia. Do mesmo modo, quanto maior a riqueza que uma fábrica (ou latifúndio) produz com cada vez menos trabalhadores, menos salários são pagos: maior a mais-valia do burguês. Por isso, a “lei geral da acumulação capitalista” inclui o fato de que “todo capitalista tem interesse absoluto de extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores” (Marx, *O Capital*, “A lei geral da acumulação capitalista”).

A tendência geral do desenvolvimento do capitalismo, por isso, é aumentar cada vez mais a produção e, ao mesmo tempo, empregar cada vez menos trabalhadores, através do aumento constante da produtividade de cada trabalhador. Por isso, com o capitalismo, sempre vai haver mais trabalhadores do que empregos. Uma



parte importante dos trabalhadores estará permanentemente no desemprego, dando origem ao que Marx chamou de “exército industrial de reserva”.

O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Ao capitalista, quanto mais ele produzir com menos trabalhadores, maior seu lucro. Daqui a causa básica do desemprego ser algo permanente no capitalismo, mesmo em períodos em que o crescimento econômico gera uma maior procura por trabalhadores. O desemprego faz parte da “lei geral da acumulação capitalista”. Essa massa de trabalhadores sem emprego, dispostos a qualquer trabalho em troca de qualquer salário, é o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”.

O jovem Engels, ao entrar em contato com Londres no início do século 19, fez um belíssimo estudo sobre as condições de trabalho, vida e moradia dos trabalhadores e operários de então. A descrição que ele faz da cidade (há mapas de Londres daqueles anos que nos permitem localizar as ruas e quarteirões, bairros e parques que ele menciona) impressiona a todos, ainda hoje, século e meio depois. O destino daqueles homens e mulheres, velhos (poucos) e crianças (muitas) era tentar conseguir vender sua força de trabalho para viver como porcos – ou, ainda pior, não conseguir emprego e viver pior do que os porcos. Esse destino era já a encarnação de um dos aspectos da “lei geral da acumulação capitalista”: o capitalismo e o desemprego não são sinônimos, mas são como que irmãos siameses. Um não pode viver sem o outro.

O exército industrial de reserva exerce dois importantes papéis na reprodução do capital. O primeiro papel é diretamente econômico, o segundo ideológico e político.

O valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a manutenção da vida do trabalhador. Mas, o preço da força de trabalho, pode estar acima ou abaixo desse valor de acordo com a lei da oferta e da procura. Se há mais trabalhadores procurando emprego do que vagas oferecidas, o capitalista pode contratar o trabalhador mais habilidoso pelo menor salário.

Por isso, o exército industrial de reserva não é; apenas, uma decorrência do fato de que quanto mais se produz,

com uma quantidade menor de trabalhadores, maior a mais-valia. É também um poderoso instrumento que possibilita ao patrão pagar o menor salário ao melhor trabalhador que conseguir no mercado. Por isso, desde o século 19, o Estado – lembremos: o comitê executivo do conjunto da classe dominante – toma medidas para administrar o tamanho ideal do exército industrial de reserva. Se os desempregados não forem em número suficiente, a mais-valia tende a cair porque os salários tendem a subir; se for em demasia, pode provocar revoltas sociais indesejadas. Através do favorecimento ou proibição da entrada de trabalhadores estrangeiros, através das políticas de estímulo ou de controle do aumento da população, do seguro-desemprego etc., o Estado pode, com alguma eficiência, controlar a massa de desempregados sempre presente na economia.

A primeira consequência, dizíamos, era diretamente econômica: a presença do exército industrial de reserva derruba o salário e, correspondentemente, aumenta a mais-valia. O desemprego é lucrativo ao patrão e ao sistema do capital como um todo.

A segunda consequência é o reflexo do desemprego na consciência, na luta e na organização dos trabalhadores. A perseguição aos trabalhadores revolucionários é muito mais fácil, e o poder de pressão do patrão sobre todos os trabalhadores é muito mais eficaz, quando há muitos trabalhadores procurando emprego. Por nada, vem o aviso de dispensa. Mas, quando faltam trabalhadores, a situação é diferente.

Por isso, o poder de reação dos trabalhadores varia conforme aumenta ou diminui o exército industrial de reserva. Quando faltam trabalhadores e os salários estão subindo é mais fácil para o movimento dos trabalhadores conseguir pequenas vitórias, como

redução da jornada de trabalho, melhores salários, etc. Então, é possível, em cada empresa, em cada lugar de trabalho, a vitória pontual de pequenas e localizadas lutas. É, também, o momento em que crescem as ilusões reformistas, ou seja, a crença de que, de pequenas em pequenas conquistas, chegaremos a nos libertar do capital.

Todavia, quando falta empregos e os trabalhadores é que são em demasia (como ocorre durante a crise estrutural), o oposto acontece. A única resistência possível é a do conjunto dos trabalhadores, unidos, contra o capital. Individualmente, ou isoladamente em cada local de trabalho, apenas se pode acatar, como carneiros, o que foi determinado pelo patrão. Nesses momentos, aos trabalhadores não restam senão duas alternativas: a completa rendição ou a revolta aberta.

É aqui que os sindicatos – em nossos dias e falando em geral, deixando de lado as exceções – dominados pela aristocracia operária, jogam um papel importante de auxílio à burguesia. Sempre que a luta dos trabalhadores ameaça passar a um confronto aberto contra a exploração, quase sempre os sindicatos agem para isolá-las e derrotá-las. Foi assim na grande greve de 1936, na França, nas greves de 1967-68, na Inglaterra e na França, na greve de um ano (1984-85) dos mineiros ingleses contra Margaret Thatcher e, entre nós, na greve dos Petroleiros de 1995, contra as políticas neoliberais do FHC e na greve do funcionalismo público no primeiro governo Lula, contra a reforma da previdência. Os exemplos podiam servir para uma longuíssima lista e, provavelmente, a maioria dos leitores conhecerão outros exemplos.

Quando negociamos com o capital o desemprego de alguns de nossos companheiros de trabalho, negociamos o desemprego futuro de todos os trabalhadores. Dividido, o proletariado não tem qualquer força para resistir ao capital. Na luta de classes, quem pode o mais não pode o menos. Os trabalhadores e o proletariado, unidos, podem destruir o capital, mas, divididos, sob o domínio do capital e da aristocracia operária que é sua aliada, não conseguem sequer diminuir o desemprego ou mesmo, forçar uma pequena distribuição da riqueza social.

Portanto, o desemprego: 1) é



causado pela necessidade absoluta do capital, de ampliar a mais valia pelo aumento da produção com um número decrescente de trabalhadores; 2) possui também a função econômica de reduzir os salários; 3) ainda auxilia os patrões e seus aliados no movimento sindical e político a controlar os trabalhadores, a enfraquecer suas lutas e faz com que os trabalhadores e proletários permaneçam divididos e debilitados, favorecendo a consciência “economicista” (Lenin), reformista e fortalecendo as lideranças que apregoam a colaboração de classe.

Mas, por outro lado, o desemprego também tem uma consequência inversa. Em vários momentos da história, foi uma

das causas importantes da eclosão de movimentos revolucionários. Essa possibilidade sempre existe, e amedronta a burguesia e seus aliados, porque o desemprego não deixa aos trabalhadores senão uma possibilidade para se libertar da miséria e da opressão: derrubar a totalidade do capital e se libertar da exploração de classe. O desemprego, nesses momentos, passa a ser uma poderosa vacina contra as ideias reformistas e favorece a divulgação das ideias revolucionárias. Alguns sindicatos e o capital farão tudo o que puderem para combater a ideologia revolucionária, mas, já sabemos, isso, também, faz parte da luta de classes, não é verdade?

TEXTOS RECOMENDADOS:

√ Engels, F. *A situação da classe trabalhadora inglesa*. A melhor edição é da Boitempo, organizada por José P. Netto.

√ Marx, K. “A lei geral da acumulação capitalista”, um capítulo do Livro I de *O Capital*. A melhor edição é da Abril Cultural (depois denominada de Nova Abril). A edição mais recente, da Boitempo, está com muitos problemas.

√ Sobre o fordismo, ainda que não muito recente, o livro de Thomas Gounet, *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel* (Boitempo, 1999) continua sendo muito bom para uma introdução.

AVANÇOS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MAIOR GREVE DOS PROFESSORES EM SÃO PAULO

Queremos fazer aqui o balanço da maior greve dos professores da rede pública de São Paulo, luta que se estendeu por 92 dias e que polemizará com outras organizações políticas.

Entendemos que as polêmicas são construtivas para fazer avançar politicamente o movimento dos professores nesse momento tão difícil para os trabalhadores e seus filhos, que a cada dia enfrentam desemprego, retirada de direitos, piora de suas condições de vida e precarização dos serviços públicos, dos quais dependem tanto.

Também não nos colocamos como o suprassumo ou os melhores e mais combativos militantes revolucionários. Da mesma forma, não afirmamos que trata-se de uma questão de ética ou mal-caratismo por parte dos demais setores de oposição. Enveredar por esse caminho, não permite avançar na organização política dos trabalhadores e no enfrentamento ao capital e seus agentes e governos.

A nossa opinião se dá em base à uma compreensão da realidade e como vemos o momento atual da luta de classes e o papel cumprido pelos governos diante da crise capitalista, que encontra-se de modo mais latente no Brasil.

GOVERNOS DUROS E COMPROMETIDOS COM OS INTERESSES CAPITALISTAS

Os governos, de um modo geral, intensificaram seus comprometimentos com os interesses capitalistas. Por tratar-

se de um Estado burguês, isso ocorre desde a sua fundação. No entanto, a partir do agravamento da crise estrutural do capitalismo, isso se aprofundou.

No caso do Brasil, nos anos 1990, com a implementação das políticas neoliberais, verificamos tal papel dos governos, com um avanço significativo a partir de 2008.

Daí o uso corrente e recorrente do dinheiro público no atendimento dos interesses do empresariado, retirada de direitos históricos, ataques às aposentadorias e sucateamento dos serviços públicos.

Por trás do endurecimento dos governos, está a preocupação de garantir o funcionamento da ordem do capital e sua lucratividade, e, no atendimento da agiotagem financeira, temos o problema da Dívida Pública, que consome boa parte dos orçamentos dos governos.

A greve dos professores da rede pública estadual de São Paulo – e de outros estados e municípios brasileiros – se deu no marco desse contexto tão nocivo aos interesses dos trabalhadores e seus filhos.

O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO DOS GOVERNO FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, os estados e diversos municípios brasileiros estão fortemente endividados. Desde o final da década de 1990, com o refinanciamento das então existentes dívidas dos estados e dos

Municípios. É nesse período que surge a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com isso, os estados e municípios tiveram que assumir o compromisso de promover rígido ajuste fiscal mediante o enxugamento de gastos e investimentos, além da privatização de empresas públicas, inclusive os bancos estaduais.

Alguns estados e municípios passaram a buscar recursos no exterior, junto a bancos privados internacionais e Banco Mundial, para pagar a União. Recursos esses que são em dólares e que, portanto, se sujeitam às oscilações do câmbio, aumentando ainda mais a dívida. São dívidas atualizadas a cada mês e que, por conta disso, são acrescidas ainda mais pelos elevados juros e índices de correção.

“(…) o município de São Paulo refinanciou uma dívida de R\$ 11 bilhões no ano 2000. Em 2013 essa dívida alcançou o patamar de R\$ 58 bilhões, apesar de o município ter pago R\$ 28 bilhões para a União no período.” (Esses dados e os seguintes relativos a dívida pública são da Auditoria Cidadã da Dívida)

Em relação ao estado de São Paulo, em 1996, a dívida pública era de R\$ 16 bilhões, passando para R\$ 50 bilhões em 1997, após o refinanciamento, e encontra-se em aproximadamente R\$ 192 bilhões. Entre 2011 e 2015, Alckmin destinou R\$ 124,632 bilhões para a rolagem da dívida.

Em função disso, o funcionalismo público estadual perde poder de compra a cada ano, a saúde e a educação pública estadual funcionam de modo precarizado,

temos a falta de água e um sem número de problemas.

Já o governo federal, somente em 2015, destinará cerca de 47% do PIB. Por isso os R\$ 69,9 bilhões de cortes de Dilma, sendo R\$ 9,5 bilhões do Ministério da Educação.

As demissões e cortes na educação, nos salários e nas pensões continuarão, pois trata-se de uma orientação do FMI em seu relatório de 18/05/2015, seguido à risca pelo governo Dilma. Não foi por acaso que o FMI se reuniu com os principais ministros do governo federal. Dilma e seus ministros estão se alinhando ao receituário deste organismo financeiro que em seu relatório defende que:

“(…) o ajuste orçamentário deve continuar, com ênfase na racionalização da despesa através de uma reforma abrangente dos salários do setor público e das pensões”.

PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SP: UMA CATEGORIA COM INÚMERAS CONTRADIÇÕES

Os professores da rede pública do estado de São Paulo, desde os anos 1990, vêm sofrendo com o pioneirismo dos tucanos na aplicação do receituário neoliberal, em que pesem as muitas lutas empreendidas pela categoria.

A categoria encontra-se endividada e fragmentada. São mais de duas décadas de neoliberalismo em suas costas. Durante esses anos, ocorreu na rede o reforço do individualismo e do particularismo a partir da política de mérito individual. A política salarial em grande medida, passou a ser concebida a partir do princípio do desempenho individual.

As noções de coletividade e solidariedade deram lugar ao mérito individual.

Por essa razão, temos uma desigualdade entre os professores. Tem um setor da categoria que fez provas de mérito que está ganhando de 10% a 25% a mais que os demais. Destes, pouquíssimos fizeram a greve.

Perdeu-se com isso a isonomia salarial e a paridade entre quem está na ativa e professores aposentados. Com sucessivos anos de perdas salariais, veio a defasagem salarial e o endividamento.

Também há na rede um percentual cada vez maior de professores evangélicos e que defendem concepções de direita, que dentro do quadro político atual de São Paulo, viram a greve como parte da polarização nacional PT x PSDB. Estes ignoraram totalmente a greve, sendo que muitos defendem a política educacional do governo e a redução maioridade penal, e corroboram com a ofensiva cultural e ideológica da direita.

RENOVAÇÃO E DESCONFIANÇA DPS NOVOS PROFESSORES

Muitos ativistas que participaram das lutas de junho/julho de 2013 até a abertura da Copa do Mundo ingressaram na categoria seja a partir do último concurso, ou como professores contratados. Isso deu um gás novo durante essa longa greve.

Os novos professores foram a vanguarda combativa da greve. É evidente que não foi apenas esse setor da categoria que fez a greve. Mas, nas principais iniciativas dos comandos de greve regionais e nos dias de Assembleias Estaduais, esse setor deu um dinâmica importante para as rodovias e ocupações, dando maior visibilidade política para a nossa luta.

Esse setor ainda é minoritário e apresenta no seu interior ativistas que resistem a organizarem-se e até mesmo a sindicalizarem-se. No entanto, trata-se de um setor que deu e dará um novo ânimo de luta à categoria dos professores da rede estadual.

A resistência desse setor em parte resulta de 2013, quando vimos a presidente da APEOESP – Sindicato dos Professores de Rede Oficial do Ensino Público de São Paulo – acabar com greve em uma Assembleia da categoria que queria a continuidade. É por isso que, hora ou outra, aparece a aclamação de “fora Bebel” – presidenta do Sindicato. O “fora Bebel”, que foi

abandonado pelos maiores setores de Oposição.

Essa desconfiança com as direções dos sindicatos também interferiu na ampliação da greve.

UMA GREVE QUE FUGIU DO SCRIPT DA ARTSIND E DAS MAIORES CORRENTES DE OPOSIÇÃO (PSOL E PSTU)

Demorou muito para as maiores correntes de oposição ligadas ao PSOL e PSTU perceberem que a categoria passou por um processo de renovação. A articulação sindical então, nem se fala. Isso se deu pelo fato de esses setores sempre tratarem as greves dentro de um mesmo script.

Desde a greve de 2013, a categoria já sinalizava que estava passando por um processo de renovação. No entanto, esses setores ignoraram, porque também são questionados, inclusive os de Oposição, que não têm uma atuação que seja uma alternativa real para o movimento. Isso só ocorreu no dia 13 de março, na Assembleia Estadual que deflagrou a greve, quando a CSP-Conlutas colocou um carro de som alternativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Em nenhum momento posterior houve uma diferenciação consistente em que se colocasse como alternativa, de modo que os professores percebessem que existe uma alternativa à direção majoritária do PT e PC do B.

Ao nosso ver, os setores de Oposição que estão na diretoria estadual do sindicato estão muito acomodados à estrutura e aos padrões do sindicato. Perderam a iniciativa. Visam sua construção em detrimento da construção do movimento. Nós também queremos nos construir, mas acima de tudo, o mais importante é a construção do movimento político dos trabalhadores contra o capitalismo, independente de sermos maioria.

A greve dos professores de São Paulo foi parte de um conjunto de lutas, mobilizações e greves de professores que contagiou mais de 10 estados e municípios. Influenciamos e fomos influenciados por essas lutas, em especial a greve dos professores do Paraná, que foi brutalmente reprimida pelo governo Beto Richa. Em que pese que tenham



ocorrido inúmeras lutas, não houve iniciativa prática para unificar essas greves. Tanto os cutistas governistas da CNTE, como as centrais antigovernistas que tem o PSOL e o PSTU a sua frente, nesse caso a INTERSINDICAL e CSP-Conlutas. Ficou-se apenas na admissão de serem pequenos e na exigência à CUT e CNTE.

Os setores antigovernistas poderão argumentar que o 29M foi uma iniciativa que procurou unificar as lutas dos professores. Poderia ter sido, se não fosse apenas da boca pra fora, palavras soltas ao vento, que por si só não se realizam. Aliás, é o que vem ocorrendo na construção da Greve Geral, sem nenhuma iniciativa prática, ficando mais uma vez no plano das exigências aos governistas do PT e PC do B.

Nem nas categorias em que dirigem, nos sindicatos filiados à INTERSINDICAL e CSP-Conlutas, ocorreu pelo menos 30 minutos ou uma hora de paralização em defesa da educação pública. Pra nós do Espaço Socialista e do Renovar Pela Luta – grupo sindical que impulsionamos em sua construção –, os problemas da educação pública não podem ficar restritos apenas aos professores da educação pública,

devendo ser uma luta de todos os trabalhadores e seus filhos.

Nos momentos de maior tensão ou de maior radicalização, os setores de Oposição também deixaram a desejar, deixando os ativistas expostos a uma possível repressão. Isso recai também ao MRT/LER-QI, que quer se colocar como alternativa, mas que em vários momentos recuou, se recusando muitas vezes a estar lado a lado em ações com os setores mais dinâmicos. Isso aconteceu no palácio dos Bandeirantes, quando dificultaram em ir para a sede da Globo, no bloqueio da pista expressa da marginal Pinheiros e nas descidas na contramão da Consolação.

Isso se deu justo num momento em que, para conseguir algum ganho em suas lutas, os trabalhadores precisam infringir as regras postas pela ordem burguesa, ou seja, fazer algo a mais do script tradicional. E olha que esse setor reivindica sempre a luta dos garis que passaram por cima de várias ameaças e direção pelega de seu sindicato.

Queremos também ressaltar que desde a primeira Assembleia dos professores propusemos que: não poderíamos deixar a Greve nas mãos da Bebel e ArtSind; os professores deveriam assumir o comando, pois para

que a greve fosse vitoriosa seria preciso que os ativistas assumissem a greve ao seu controle; a formação de um Comando Estadual de Mobilização eleito na Assembleia, com representantes da base que deveriam acompanhar as negociações, impedindo qualquer golpe da burocracia com o governo; ocorressem atos nas escolas e nas regiões e, em pontos de grande circulação de modo a chamar a atenção da população e das mídias locais; a direção estadual colocasse mensagens na grande mídia; a direção estadual destinasse verbas para o Fundo Estadual de Greve; as Subsedes destinassem recursos para os fundos regionais de greve e por uma Plenária Estadual dos setores de Oposição e Ativistas de base – vejam nossos materiais em www.facebook.com/RenovarPelaLuta.

Por fim, queremos dizer que seguiremos em luta pela democratização do nosso Sindicato, a serviço da luta, com a participação da base, dos professores.

Pelo fim dos privilégios dos diretores do sindicato e na luta contra os governos, o capitalismo e pela construção do Socialismo!

POR UMA CENTRAL SINDICAL E POPULAR A ALTURA DAS NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA

UM BALANÇO DO II CONGRESSO DA CSP- CONLUTAS

Entre os dias 04 e 07 de Junho ocorreu, em Sumaré – SP, o II Congresso da Central Sindical e Popular-Conlutas. Por um lado estavam presentes trabalhadorxs que no dia a dia construíram lutas importantes e greves em suas categorias, por outro o congresso apresentou várias contradições que precisamos abordar no sentido de avançar na construção da central.

Acreditamos que a Central reúne ainda um setor que tem nas lutas uma ferramenta da classe, capaz de impulsionar o avanço dos trabalhadores para uma consciência socialista, para um projeto de derrubada da sociedade de classes e construção da emancipação definitiva. Por isso, construímos e impulsionamos a CSP-Conlutas, desde o seu início, independente da lógica imposta pela sua direção majoritária. Mas,

ainda é necessário que a central consolide como alternativa, de fato, classista, anticapitalista, antigovernista e de base nos movimentos de luta da classe trabalhadora.

NÃO APROVA ORIENTAÇÃO POLÍTICA RADICAL PARA ENFRENTAR A CRISE EM SUA PROFUNDIDADE

Foi diante da realidade de agravamento da crise econômica, com o ajuste fiscal, as demissões e a retirada de direitos e alastramento da terceirização que se realizou o Congresso. Tratava-se de uma oportunidade importante para discutir uma política e um projeto da Central de enfrentamento a esse cenário. No entanto, o Congresso não alcançou esse objetivo, o que também se expressa nas próprias resoluções aprovadas. Uma lógica de limitação da discussão política

permeou todo o Congresso, limitando as discussões às questões imediatas, que são urgentes e necessárias, mas não suficientes para enfrentar o capital. Dessa forma, maiores espaços de discussão e debates foram substituídos por painéis (com a participação de PSTU, PSOL e PCB), o que colaborou para que os grupos pouco aprofundassem questões importantes.

Faltou uma política ofensiva no sentido de organizar a unidade e a luta (ocupações, bloqueio de rodovias, paralisações) para barrar as demissões, as terceirizações, os cortes de direitos, e outros ataques. Não se aprovou uma campanha nacional contra o desemprego, um Encontro Nacional de Ativistas de Base para a preparação de um plano de luta e de formas unitárias de organização da classe.

REVERTER A POLÍTICA SUPERESTRUTURAL DE CONSTRUÇÃO IMPOSTA PELA CORRENTE MAJORITÁRIA

Desde o início da construção da Central, o seu potencial tem sido ameaçado pelos métodos de construção implementados pela corrente majoritária (PSTU), que expressam uma concepção de funcionamento das entidades com a qual temos profundo desacordo.

Privilegiam a pouca discussão política e buscam uma construção pela superestrutura. Em junho de 2013 e nos meses que antecederam a Copa do Mundo isso ficou bem nítido. Enquanto os movimentos sociais estiveram extremamente radicalizados e as ruas tinham milhões de trabalhadores, a CSP-Conlutas perdeu a oportunidade de se colocar como alternativa classista e priorizou os acordos de cúpula com as demais centrais para agendar os “dias de luta nacional”. No período seguinte, aprofundou essa lógica e privilegiou as reuniões com o “Espaço de Unidade de Ação” que sequer garantiu a unidade de várias categorias nas lutas o que foi visível nesse II Congresso.

Essa concepção também se expressa no congresso sindical, que repete as velhas práticas cutistas, e precisa ser repensada para que se ampliem os espaços de participação e decisão dxs ativistas, ou seja, é necessário privilegiar a discussão política na base das categorias para fortalecer os grupos de discussão (e não as mesas com palestrantes, tempo de fala longo e sem debate), e permitir que trabalhadorxs expressem suas propostas e contribuam para o debate e para as decisões dentro da Central.

PREPARAR PARA O ENFRENTAMENTO, CONSTRUIR A GREVE GERAL NA BASE DE TODAS AS CATEGORIAS

Mesmo sendo a única política votada no Congresso, não foi aprovado nenhum calendário de luta com datas indicativas e unitárias para a efetiva construção da tão necessária greve geral.

A direção majoritária tem adotado a política de manter a ilusão nas centrais pelegas sem fazer a denúncia consequente do papel que fazem a favor do governo e da contenção e controle do movimento. É necessário mantermos a independência política também em relação à velha burocracia sindical.

Entendemos que somos pequenos frente às demais centrais, mas não concordamos com a passividade do PSTU quando insiste que somente é possível construir a greve geral esperando por elas. Somos um dos únicos setores capazes de levar às últimas consequências as demandas da classe trabalhadora, por mantermos a independência frente aos patrões e ao governo. Somente quando a classe trabalhadora se mobilizar de forma independente é que seremos vitoriosos, como o exemplo dos garis do RJ, em 2014.

Esperar que essas centrais governistas deem a dinâmica para a construção da greve geral é ficar na dependência de sua política, que não nos serve. Não somos contra a unidade de ação com essas centrais na tentativa de construir a greve geral, mas contra acordos de cúpula. A unidade efetiva das lutas nas categorias contra todos os ataques do governo e dos patrões é que possibilita a disputa da consciência da classe trabalhadora. Precisamos ganhar a classe para se rebelar contra essas direções.

É justamente por esperar e privilegiar os acordos com essas centrais, especialmente a com a CUT, que o II Congresso não aprovou um calendário de lutas para a construção da greve geral, para fortalecer as campanhas salariais do segundo semestre.

O FIM DAS TESES E O FORMATO RESOLUÇÕES COM MENOS DEBATE A MAIS DISPERSÃO

Outro problema presente nesse II Congresso foi o fim das teses, como formato de defesa das posições políticas de cada corrente, e a imposição de defesas através de resoluções. Com isso também se aplica, de uma forma organizativa, a concepção de se limitar o debate político. O conteúdo das posições políticas ficou desprovido de uma lógica totalizante, o que dificultou a análise e a compreensão das principais polêmicas.

Isso possibilitou que a corrente majoritária, PSTU, nos momentos finais do Congresso deixasse de votar as propostas de resolução com as quais tinha polemizado nos grupos de discussão e passou a incorporá-las a fim de evitar o debate. Perguntamos, qual a chance de que sejam cumpridas propostas aprovadas somente para evitar o debate?

OS NÚMEROS DO II CONGRESSO, AS TAXAS E A DISPERSÃO

O Congresso expressou bem as principais lutas do país, com delegados de importantes categorias do setor produtivo e das que encampam as lutas recentes. No entanto, apesar da expectativa de participação de 1800 delegados eleitos pelo país e ter maior número de entidades representadas, cerca de 30% a mais em relação ao congresso anterior, o plenário foi esvaziado e reuniu no máximo 900 pessoas, com pouca participação nos grupos de discussão.

É certo que os Congressos e encontros da CSP-Conlutas tenham independência financeira em relação ao governo e às empresas. No entanto, as altíssimas taxas de inscrição para o congresso, foram proibitivas e fizeram com que as oposições e as entidades menores não consigam participar, o que leva a um peso em demasia de dependência dos sindicatos. É necessário que avancemos para outro tipo de estrutura.

O CONGRESSO NÃO TIROU UMA POLÍTICA CONTRA O IMPOSTO SINDICAL

A estrutura sindical brasileira é ainda aquela herdada do período varguista, construída para atrelar os sindicatos ao Estado e bem propícia para a formação de uma burocracia sindical. Um dos pilares da sustentação das burocracias sindicais é o Imposto Sindical. Como a cobrança é compulsória, isso quer dizer que se o dirigente sindical ficar o dia inteiro sentado atrás de uma mesa ainda haverá recursos para a entidade. O imposto sindical fabrica pelegos e burocratas.

Romper com a estrutura sindical passa necessariamente por romper com o Imposto Sindical. De um lado com luta política exigindo o fim do imposto e, de outro, adotando medidas para que os sindicatos não fiquem esse dinheiro. Mas, novamente a CSP-Conlutas não assumiu com força a luta contra o Imposto Sindical e não aprovou resoluções nesse sentido.

Esse é o posicionamento do Espaço Socialista em oposição às políticas da direção majoritária. Chamamos xs trabalhadorxs a se organizarem conosco dentro da central e combater seus erros, rumo a uma reorganização do movimento sindical e popular à altura dos desafios da classe trabalhadora!

CONTEXTO

Desde março desse ano a questão da redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, se tornou central. Foi nesse mês que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados desengavetou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993 sobre o assunto.

Ao discutir-se o tema é necessário observar a atual composição do Congresso Nacional, considerado o mais conservador desde a redemocratização. A frente dessa proposta estão parlamentares evangélicos e ruralistas, chamados de “Bancada da Bala, Boi e Bíblia”, que não tiveram dificuldades para conseguir o apoio de vários partidos.

Soma-se a esse setor a influência midiática que, comandada direta ou indiretamente por parlamentares, expressa em programas de TV e rádio o posicionamento favorável à redução da maioridade, facilmente identificado em seus discursos de ódio, criminalização da pobreza, julgamentos antecipados, incitação à violência e ênfase a uma suposta “periculosidade juvenil”. Além disso, há a clara influência religiosa, pois o texto da Proposta de Emenda Constitucional possui passagens bíblicas com sustentação no Velho Testamento, no qual o profeta Ezequiel dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal e não cogita nem sequer a idade: “A lei surge a implicação; pode também receber a admoestação proporcional ao delito – o castigo”.

Para esse setor a prisão é a coação para uma Educação total, com o objetivo de aplicar uma disciplina que transforme o indivíduo “pervertido” através de suas técnicas de poder, como o “isolamento” e o “trabalho forçado”. Assim, os castigos não objetivam suprimir as infrações, mas são uma tática para sujeitar o indivíduo, visando a dominação. Para Foucault, o maior objetivo da prisão foi ter fabricado a delinquência, conseqüentemente, criando seres “coléricos”.

Desse modo, pretendemos aprofundar a discussão acerca da maioridade penal e problematizar as conseqüências que a PEC 171/1993 exercerá na sociedade brasileira, caso aprovada.

HISTÓRIA DA MAIORIDADE

Ao longo da História brasileira o tema já provocou inúmeros debates e alterações textuais na Constituição. Aqui, traça-se um breve histórico acerca da maioridade penal. Na República Velha, a imputabilidade penal era de 9 anos, sendo que, dos 9 aos 14, se condicionava à presença de discernimento, caso o apresentasse, recolhimento a um estabelecimento disciplinar industrial; dos 14 aos 17 anos, havia o abrandamento da pena e entre os 17 e 21 eram julgados, mas com reduções penais.

A Lei nº 4.242, de 1921, traz um novo tratamento na questão na punição, eleva a idade de mínima para 14 anos e elimina o critério de discernimento. Em 1927, os jovens entre 14 e 18 anos recebem tratamento específico com a promulgação do Código de Menores, “encerrando” a confusão no julgamento entre jovens e adultos. Posteriormente, promulga-se o Código Penal de 1940, que define o limite etário nos 18 anos.

Em 1979, durante o período ditatorial, ocorre a aplicação de uma “doutrina da situação irregular”, sujeitando a juventude as mais variadas formas de abuso e opressão, pois qualquer infrator ficava sujeito à disposição legislativa podendo sofrer punição, além de caracterizá-los como abandonados e/ou delinquentes.

Apenas na redemocratização que se materializaram os dispositivos de proteção à infância e juventude na Constituição e na criação do Estatuto do Jovem e Adolescente (ECA), em 1990. Ambos responsáveis pela concepção de uma “doutrina da proteção integral”, tratando a criança e o adolescente como sujeitos, garantindo seus direitos fundamentais e uma responsabilidade diferenciada. Deste modo, a Constituição prevê a responsabilidade penal aos 18 anos e aos jovens abaixo dessa idade submetem-se ao ECA, sendo até 12 anos incompletos reputado como criança e, na prática de ato infracional sujeita-se a medidas de proteção.

A PEC 171/1993 E O ECA

A atual legislação recebe diversas críticas dos favoráveis a redução da maioridade penal justificada na ausência de punição criminal e conseqüentemente na “proteção” recebida por tais

adolescentes. Porém, apesar de não estarem sujeitos às punições previstas pelo Código Penal recebem sanções previstas pelo ECA, como: advertência, obrigação de reparar o dano causado, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (até três anos). As medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com a gravidade da infração praticada e a idade do jovem e, além da punição, o infrator deve receber apoio psicológico e reinserção social.

No alvo destas justificativas, a PEC 171/1993 prevê a redução da maioridade de 18 para 16 anos para os casos de crime hediondo, lesão corporal grave e roubo qualificado (sequestro ou participação de dois ou mais envolvidos), retirando do Ministério Público a possibilidade de avaliar caso a caso e impedindo o jovem de se pautar no ECA. Simultaneamente verificam-se diversos projetos de lei que se atrelam a PEC 171/1993, por exemplo, Projeto de Lei 5454/2013, que prevê alteração no ECA aumentando a pena de reclusão de 3 para 8 anos no caso de crime hediondo (aguarda abertura de análise da proposta); Projeto de Lei do Senado 219/2013, aumenta em três vezes as penas para adultos que usem menores em crimes (parado na CCJ, aguardando um relator) e Projeto de Lei do Senado 333/2015, aumenta o tempo de internação de jovens de 3 para 10 anos (aguardando avaliação).

POR QUE NÃO REDUZIR?

Com a redução da maioridade penal, os adolescentes de 16 e 17 anos não estarão mais resguardados pelo ECA. Desse modo, não serão mais crimes produzir, publicar ou vender pornografia (artigos 240 a 241-E do ECA), sujeitar à prostituição (artigos 218-B do Código Penal e 244-A do ECA), vender bebida alcoólica ou cigarro (artigo 243) aos jovens. Além do impedimento da punição a quem submeter adolescentes a vexame ou constrangimento (artigo 232), promover seu envio ao exterior para obter lucro (artigo 239), fornecer-lhe armas ou fogos de artifício (artigos 242 e 244) ou hospedar em motel (artigo 250).

Com as mudanças na lei, os adolescentes com mais de 16 anos receberão tratamento jurídico criminal de adultos.

Os jovens serão aprisionados juntamente com os demais detentos que vivenciam as diversas deficiências estruturais no cárcere, além do baixo nível de recuperação (índice de reincidência é de 70%).

Em relação às deficiências estruturais, observa-se o “inchaço” nas cadeias brasileiras (3ª maior população carcerária do mundo) e o não cumprimento da função social de reinserção e reeducação, mas como “escola do crime”.

Observa-se ainda que ao invés de proteger as crianças e adolescentes do crime, serão expostos a mecanismos e a comportamentos reprodutores da violência e iniciação precoce na criminalidade, pois não há relação direta na adoção de soluções punitivas em oposição à diminuição dos índices de violência.

Os atos infracionais cometidos por adolescentes que vivenciam a privação da liberdade não envolvem crimes com alto grau de violência, o índice é menor

que 10% do total de delitos cometidos em todo o país. A partir da pesquisa do Conselho Nacional de Justiça, em 2012, delitos cometidos por adolescentes são predominantemente de violação do patrimônio público (quase 80%), roubo, furto, tráfico (neste caso, a Lei sobre Drogas de 2006, não delimita a quantidade que diferencia o uso do tráfico e abre precedentes para uma atuação discriminatória e racista dos agentes da lei).

Os adolescentes são as maiores vítimas de violência, no último estudo de Homicídios na Adolescência (IHA), realizado em 2012, estimou-se que mais de 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídios até 2019, sendo os adolescentes negros ou pardos com probabilidade três vezes maior de serem assassinados do que adolescentes brancos. Vale ressaltar que a vitimização dos jovens negros aumentou de 71,7%, em 2002, para 154%, em 2010.

A tentativa de implementar mudanças legislativas chegam ao absurdo de se

fundamentar na exceção: até julho de 2011, cerca de 30 mil adolescentes cometeram atos infracionais e cumpriram medidas socioeducativas, o que corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil (21 milhões de meninos e meninas entre 12 e 18 anos).

A lei desconsidera, como causa da violência, a desigualdade social, priorizando a ampliação da culpabilização e punição da sociedade, ao invés de implementar ações na Educação.

Reduzir a maioria é transferir o problema, pois, na Constituição brasileira, os artigos 5º e 6º asseguram os direitos fundamentais como Educação, saúde, moradia etc. Com esses direitos negados, a probabilidade do envolvimento com o crime aumenta. Desse modo, a marginalidade é uma prática condicionada pelo contexto social e histórico em que se vivencia. Para o Estado é mais fácil prender do que educar, adquirindo um aspecto de Estado Penal que administra a “panela de pressão” de uma sociedade tão desigual.

O ORGULHO LGBT E OS DESAFIOS DA LUTA PELA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO

As sociedades de classes têm como fundamento a exploração de uma classe social sobre outra. Na capitalista é a burguesia explora a classe trabalhadora. O que os trabalhadores produzem a maior parte vai para as mãos da burguesia, essa classe social lucra se apropriando do trabalho alheio.

Para essa exploração ser efetiva essas sociedades possuem normas (legais e morais) para legitimar essa exploração, fazer com que existam pessoas que se submetam a ela e estejam dispostas a vender a sua força de trabalho.

Mas, isso ainda é pouco. Não basta se submeter e vender a força de trabalho, é preciso vender o mais barato possível para que a manutenção de nossas necessidades físicas também seja com o mais básico possível.

E como o capitalismo consegue isso? Uma das formas é estabelecendo diferenças entre as pessoas, desqualificando a sua força de trabalho para que, além da exploração, imponha sobre elas a opressão pela cor de pele, de gênero ou de orientação sexual. Essas

barbaridades já ocorreram em diversos modelos de sociedade e continuam na capitalista.

Começamos com essas constatações porque são essenciais para compreendermos que a violência contra as pessoas LGBT decorre da própria lógica de funcionamento da sociedade capitalista.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS LGBT

Para prevalecer essa opressão a classe dominante dissemina na sociedade ideias preconceituosas e moralistas de modo que elas pareçam não da classe dominante, mas como algo “normal e natural” de toda a sociedade.

Quando a burguesia não consegue que as pessoas, passivamente, se conformem e aceitem como natural a diferenciação, escancara-se uma violência aberta. Os dados são assustadores, pela quantidade e pelas características dessa violência.

Dados do serviço “Disque 100” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – divulgados pelo Estadão – mostram como essa



violência é persistente. Em 2011 foram 1159 denúncias de casos ligados a homofobia. Em 2014, até o mês de outubro, foram 6.500 denúncias, aumento de 460%.

Mas não se convive só com a violência “menos letal”. A ameaça à vida das pessoas LGBT é outra companhia do cotidiano. O “Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil” (2014) do Grupo Gay da Bahia (GGB) apresenta dados alarmantes.

No ano passado foram 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil. Um assassinato a cada 27 horas. Menos do que os ocorridos em 2012, mas 4,1 % a mais do que em relação a 2013. Esses dados colocam o Brasil como o país mais violento do mundo e com o maior número de crimes motivados pela homo/transfobia.

Também sabemos que esses dados não expressam com exatidão a violência sofrida pelas pessoas LGBT. Delegacias

de polícias, unidades de atendimento médico (hospitais, etc.) ou outros órgãos públicos muitas vezes não registram muitos casos como parte da violência homofóbica. Como os casos de assassinatos em que a tipificação vai para latrocínio ou crime contra a vida, retirando a motivação homofóbica.

Para termos uma ideia de que a violência contra as pessoas LGBT é fruto desse sistema de exploração e não “caso exclusivo do Brasil”, os dados da ILGA/2012 – uma Associação internacional de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – mostram que em 78 países pelo mundo afora há homofobia praticada pelo próprio Estado, com legislação e consequentemente sanções policiais e jurídicas contra as pessoas LGBT praticadas diretamente pelo Estado.

OS DIREITOS DAS PESSOAS LGBT E A LUTA PELO SOCIALISMO

A explicação dessa violência e da construção de uma moral homofóbica não está na “natureza humana”, mas na própria ideologia que alimenta a sociedade capitalista. Como o capitalismo precisa da mercadoria força de trabalho (biologicamente gerada por pessoas do gênero masculino e feminino) para produzir outras mercadorias é fundamental a existência de um padrão

normativo, ou seja, o “normal” é a relação entre homens e mulheres, capazes de reproduzir essa mercadoria especial, que é a força de trabalho.

Nesse sentido, entendemos que “a homossexualidade apresenta uma negação direta da função social do sexo dentro da sociedade de classes e sua família patriarcal. A relação homossexual não está a serviço do casamento, não gera filhos, não reproduz a força de trabalho. Trata-se de um tipo de relação que visa apenas a satisfação dos indivíduos e os laços entre eles, sem qualquer “utilidade social” para a classe dominante” (*Resolução Conferência/Espaço Socialista*).

É assim que entra a moral burguesa, como os ideólogos do sistema não podem dizer a verdade, aparecem a moral, os preceitos religiosos e outras tantas barbaridades para incutir na sociedade as ideias homofóbicas, transfóbicas e a perseguição contra as pessoas LGBT.

Desse modo explicamos a existência dessa forma de violência e entendemos que o combate cotidiano contra todas as formas de violência às pessoas LGBT deve ser somado à luta pelo fim dessa sociedade que a alimenta.

Portanto, construir um caráter classista da luta pelas “questões específicas” das pessoas LGBT em unidade com as questões mais gerais e a

luta estratégica pelo fim do capitalismo são urgências para transformar essa realidade opressiva e violenta. Isso também quer dizer que é necessário ganhar a classe trabalhadora (que reproduz as ideias da classe dominante) para essa luta e, ao mesmo tempo, incorporar nas lutas, em especial nas campanhas salariais, as reivindicações das pessoas LGBT de cada categoria.

Obviamente reconhecemos que o Movimento LGBT precisa se fortalecer e buscar compreender a sua dinamicidade e entaves, visto que, não existem somente LGBT na classe trabalhadora. Isso produz uma desigualdade dentro do próprio movimento que legitima principalmente os homens gays e brancos de classe média, apelidados por GGGG. Precisamos superar as contradições e reconhecer que necessitamos de um Movimento LGBT que seja, de fato, emancipador e que se comprometa com transformação real de nossa sociedade. Que busque a superação da sociedade do preconceito e possa fortalecer todos os setores oprimidos (mulheres, negras e negros, classe trabalhadora, etc.), pois há LGBT em todos esses setores. Somente com a articulação das lutas entre todas (os) é que será possível uma transformação de fato dessa sociedade, com a superação do preconceito e das desigualdades.

DIA 28 DE JUNHO: DIA DO ORGULHO LGBT

A regra para nós trabalhadores é a exploração, a violência, a pobreza, a opressão por sermos pretos, pobres, gays, lésbicas. A regra é a classe trabalhadora ser resignada, aceitar passivamente, aliás, é por isso que nos dominam.

Mas, como muitos eventos na história, há momento em que um fato aparentemente comum transforma-se em algo extraordinário. Como se diz é a gota que faltava para transbordar o copo. Assim é o dia 28 de junho para o movimento LGBT.

Em Nova Iorque, na década de 1960, o bar Stonewall Inn era um espaço frequentado por gays, lésbicas e travestis e onde casais dançavam à vontade. Diante da perseguição e da discriminação na sociedade estadunidense contra os LGBT, os bares eram o espaço ideal e onde podiam se relacionar.

Como em outros bares do gênero na cidade, Stonewall Inn sofria com as batidas policiais sob os mais variados pretextos, obviamente “nunca era por conta da orientação sexual dos frequentadores”. Agressões e prisões eram comuns.

Mas, na madrugada do dia 28 de junho de 1969 foi diferente. Uma entre tantas outras batidas policiais – normalmente sob a alegação de falta de licença para a venda de bebidas alcoólicas – levou a mais violência e prisões. Mas,

ao contrário das outras vezes houve resistência à investida policial. A resistência se generalizou, de um lado policiais e de outro uma multidão (com apoio dos moradores da Rua Christopher Street, onde se localizava o bar) que resistia como podia jogando garrafas de cerveja, cadeiras, etc.

Na noite seguinte a batalha se repetiu e dessa vez reforçada por mais pessoas e com reivindicações políticas, como o direito à liberdade de se expressar, o fim da violência policial, entre outras.

Pela intensidade da resistência e pela repercussão dessa luta a prefeitura foi obrigada a recuar e pôr fim à violência policial.

O principal feito da Batalha de Stonewall é o resgate do “Orgulho LGBT” e a certeza de que a conquista de direitos somente pode vir com a luta, com a resistência. Por isso Stonewall tornou-se uma referência para o movimento LGBT e para quem luta por uma sociedade em que a liberdade seja plena em todos os seus aspectos.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1